

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2020



SICOOB
Juriscredcelg

COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA - SICOOB
JURISCREDCELG
CNPJ: 09.552.111/0001-85
BALANÇO PATRIMONIAL

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		164.481.427,05	122.656.863,34
Circulante		106.737.309,79	72.935.705,21
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	59.298.276,64	40.548.345,22
Disponibilidades		627.131,35	433.288,83
Centralização Financeira - Cooperativas		58.671.145,29	40.115.056,39
Operações de Crédito	5	47.141.121,70	32.156.932,23
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		47.377.113,48	33.822.172,06
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(1.751.636,92)	(2.304.527,84)
Financiamentos		1.584.896,27	696.894,20
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(69.251,13)	(57.606,19)
Outros Créditos	6	266.453,75	163.717,66
Créditos por Avais e Fianças Honradas		195.018,42	149.968,83
Rendas a Receber		108.355,73	18.341,73
Diversos		116.116,67	99.376,38
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(153.037,07)	(103.969,28)
Outros Valores e Bens	7	31.457,70	66.710,10
Outros Valores e Bens		1.578,00	283,00
Despesas Antecipadas		29.879,70	66.427,10
Não Circulante		57.744.117,26	49.721.158,13
Realizável a Longo Prazo		52.534.104,47	45.503.041,08
Operações de Crédito	5	52.534.104,47	45.503.041,08
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		52.271.967,04	46.504.251,19
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(2.000.549,54)	(1.838.468,25)
Financiamentos		2.386.496,02	897.541,79
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(123.809,05)	(60.283,65)
Permanente		5.210.012,79	4.218.117,05
Investimentos	8	4.871.689,58	3.753.163,03
Participação em Cooperativa Central de Crédito		4.712.428,48	3.604.146,82
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		159.261,10	149.016,21
Imobilizado de Uso	9	311.259,85	440.963,42
Imobilizado de Uso		1.037.961,93	1.078.821,46
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(726.702,08)	(637.858,04)
Ativos Diferidos		-	36.935,48
(-) Amortização Acumulada do Diferido		-	(36.935,48)
Intangível	10	27.063,36	23.990,60
Ativos Intangíveis		209.473,33	175.157,80
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(180.910,46)	(151.167,20)
(-) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos Intangíveis		(1.499,51)	-
Total do Ativo		164.481.427,05	122.656.863,34
PASSIVO		117.372.958,97	83.841.261,20
Circulante		117.310.277,20	83.780.563,96
Depósitos	11	113.937.508,81	81.029.723,45
Depósitos à Vista		37.023.835,94	14.723.322,70
Depósitos à Prazo		76.913.672,87	66.306.400,75
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	12	401.106,36	-
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio		401.106,36	-
Relações Interdependências		-	10,00
Recursos em Trânsito de Terceiros		-	10,00
Outras Obrigações	13	2.971.662,03	2.750.830,51
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		118,75	7.025,10
Sociais e Estatutárias	13.1	602.001,75	251.232,34
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	13.2	249.235,33	240.156,83
Diversas	13.3	2.120.306,20	2.252.416,24
Não Circulante		62.681,77	60.697,24
Outras Obrigações	13.3	62.681,77	60.697,24
Diversas		2.253,77	269,24
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		60.428,00	60.428,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.108.468,08	38.815.602,14
Capital Social	14	32.909.579,83	30.396.273,78
De Domiciliados No País		33.182.115,49	30.576.717,00
(-) Capital A Realizar		(272.535,66)	(180.443,22)
Reserva de Sobras		11.695.297,01	7.361.271,65
Sobras ou Perdas Acumuladas	14.d	2.503.591,24	1.058.056,71
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		164.481.427,05	122.656.863,34

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG
LTDA - SICOOB JURISCREDCELG
CNPJ: 09.552.111/0001-85
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS ACUMULADO**

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		9.284.652,73	18.031.313,20	8.884.220,75	17.386.476,70
Operações de Crédito	16	8.806.294,32	16.881.142,43	7.702.946,89	14.868.690,81
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		478.358,41	1.150.170,77	1.181.273,86	2.517.785,89
Dispêndio da Intermediação Financeira	17	(186.355,86)	(2.980.608,00)	(3.322.363,08)	(6.862.574,30)
Operações de Captação no Mercado		(771.763,56)	(1.967.414,62)	(1.833.216,73)	(3.767.893,94)
Operações de Empréstimos e Repasses		-	-	(13.029,70)	(193.450,09)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos		585.407,70	(1.013.193,38)	(1.476.116,65)	(2.901.230,27)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		9.098.296,87	15.050.705,20	5.561.857,67	10.523.902,40
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(2.550.680,03)	(5.049.200,08)	(2.492.709,15)	(4.763.841,80)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	18	590.808,01	1.181.765,96	472.928,96	837.010,59
Rendas (Ingressos) de Tarifas	19	197.498,20	405.952,04	315.502,35	610.545,96
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	20	(2.200.109,71)	(4.237.918,75)	(2.150.081,06)	(4.204.093,11)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	21	(1.523.665,79)	(3.052.720,60)	(1.445.876,54)	(2.745.127,88)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(61.828,52)	(127.639,08)	(36.034,58)	(103.381,87)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	22	856.879,14	1.439.925,92	653.668,88	1.100.563,99
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	23	(496.203,96)	(713.326,09)	(294.609,21)	(454.051,10)
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Redução ao Valor Recuperável		-	(1.691,52)	-	-
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Passivos Contingentes		45.000,00	45.000,00	-	326.496,72
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas		40.942,60	11.452,04	(8.207,95)	(131.805,10)
Resultado Operacional		6.547.616,84	10.001.505,12	3.069.148,52	5.760.060,60
Outras Receitas e Despesas	24	89.720,15	88.649,05	12.998,32	(18.518,33)
Lucros em Transações com Valores e Bens		58.444,87	59.629,77	-	76,52
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(7.643,10)	(7.643,10)	-	-
Outras Receitas		40.940,57	43.575,81	31.274,52	31.274,52
Outras Despesas		(2.022,19)	(5.297,89)	(18.276,20)	(49.869,37)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		-	(1.615,54)	-	-
Resultado Antes da Tributação e Participações		6.637.336,99	10.090.154,17	3.082.146,84	5.741.542,27
Imposto de Rendas		(81.389,29)	(131.884,77)	(29.589,13)	(45.646,73)
Contribuição Social		(56.033,57)	(93.530,86)	(25.730,44)	(41.788,04)
Resultado Antes dos Juros ao Capital		6.499.914,13	9.864.738,54	3.026.827,27	5.654.107,50
Juros ao Capital	15	(320.690,89)	(852.821,15)	(1.065.682,72)	(1.617.814,92)
Sobras/Perdas Líquidas		6.179.223,24	9.011.917,39	1.961.144,55	4.036.292,58

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA - SICOOB
CNPJ: 09.552.111/0001-85
DEMONSTRAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/2018		23.467.475,66	(208.678,37)	4.132.989,78	2.868.893,87	1.571.060,93	31.831.741,87
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	26.800,00	26.800,00
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Ao Capital		4.439.030,87	-	-	(2.868.893,87)	(1.571.060,93)	(923,93)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		4.890.163,90	28.235,15	-	-	-	4.918.399,05
Por Devolução (-)		(3.772.604,14)	-	-	-	-	(3.772.604,14)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	5.654.107,50	5.654.107,50
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		1.601.536,77	-	-	-	(1.617.814,92)	(16.278,15)
IRRF sobre Juros ao Capital		(48.886,06)	-	-	-	-	(48.886,06)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	447.432,24	447.432,24
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	1.345.117,45	-	(1.345.117,45)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	1.883.164,42	(1.883.164,42)	-
F A T E S		-	-	-	-	(224.186,24)	(224.186,24)
Saldo em 31/12/2019		30.576.717,00	(180.443,22)	5.478.107,23	1.883.164,42	1.058.056,71	38.815.602,14
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas		-	-	-	-	-	-
Ao Capital		2.902.416,74	-	-	(1.883.164,42)	(1.031.256,71)	(12.004,39)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		2.077.595,08	(92.092,44)	-	-	-	1.985.502,64
Estorno de Capital		(3.074,62)	-	-	-	-	(3.074,62)
Cancelamento de Capital		(3.197.460,50)	-	-	-	-	(3.197.460,50)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	9.864.738,54	9.864.738,54
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		838.351,07	-	-	-	(852.821,15)	(14.470,08)
IRRF sobre Juros ao Capital		(12.429,28)	-	-	-	-	(12.429,28)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	222.688,83	222.688,83
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	3.604.167,99	-	(3.604.167,99)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	2.613.021,79	(2.613.021,79)	-
F A T E S		-	-	-	-	(540.625,20)	(540.625,20)
Saldo em 31/12/2020		33.182.115,49	(272.535,66)	9.082.275,22	2.613.021,79	2.503.591,24	47.108.468,08
Saldo em 30/06/2019		27.727.841,56	(178.031,41)	4.132.989,78	-	2.090.448,03	33.773.247,96
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		-	-	-	-	11.500,00	11.500,00
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		3.767.345,22	(2.411,81)	-	-	-	3.764.933,41
Por Devolução (-)		(2.471.055,85)	-	-	-	-	(2.471.055,85)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	3.026.827,27	3.026.827,27
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		1.601.407,49	-	-	-	(1.065.682,72)	535.724,77
IRRF sobre Juros ao Capital		(48.821,42)	-	-	-	-	(48.821,42)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	447.432,24	447.432,24
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	1.345.117,45	-	(1.345.117,45)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	1.883.164,42	(1.883.164,42)	-
F A T E S		-	-	-	-	(224.186,24)	(224.186,24)
Saldo em 31/12/2019		30.576.717,00	(180.443,22)	5.478.107,23	1.883.164,42	1.058.056,71	38.815.602,14
Saldo em 30/06/2020		30.073.862,65	(166.590,24)	5.478.107,23	1.883.164,42	3.890.750,86	41.159.294,92
Destinações de Sobras Exercício Anterior:		-	-	-	-	-	-
Ao Capital		2.902.416,74	-	-	(1.883.164,42)	(1.031.256,71)	(12.004,39)
Movimentação de Capital:		-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização		1.152.056,05	(105.945,42)	-	-	-	1.046.110,63
Por Devolução (-)		(1.771.341,74)	-	-	-	-	(1.771.341,74)
Estorno de Capital		(800,00)	-	-	-	-	(800,00)
Sobras ou Perdas Brutas		-	-	-	-	6.499.914,13	6.499.914,13
Remuneração de Juros ao Capital:		-	-	-	-	-	-
Juros ao Capital		838.351,07	-	-	-	(320.690,89)	517.660,18
IRRF sobre Juros ao Capital		(12.429,28)	-	-	-	-	(12.429,28)
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-	-	222.688,83	222.688,83
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:		-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva		-	-	3.604.167,99	-	(3.604.167,99)	-
Outros Fundos Estatutários		-	-	-	2.613.021,79	(2.613.021,79)	-
F A T E S		-	-	-	-	(540.625,20)	(540.625,20)
Saldo em 31/12/2020	14.d	33.182.115,49	(272.535,66)	9.082.275,22	2.613.021,79	2.503.591,24	47.108.468,08

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CREDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIAS E EMPREGADOS DA CELG LTDA
SICOOB JURISCREDCELG
CNPJ: 09.552.111/0001-85
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Descrição	Notas	2º Sem 2020	31/12/2020	2º Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Antes das Destinações		6.499.914,13	9.864.738,54	3.026.827,27	5.654.107,50
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-	26.800,00
Juros ao Capital Recebido	(115.226,71)	(115.226,71)	(115.226,71)	(202.721,00)	(202.721,00)
Distribuição de Sobras e Dividendos	(126.657,45)	(126.657,45)	(136.905,92)	-	(18.347,16)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	(585.407,70)	(585.407,70)	1.013.193,38	1.476.116,65	2.901.230,27
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	195.904,85	195.904,85	444.825,00	216.420,22	448.376,97
(Ganho)/Perdas por baixas de intangível	1.499,51	1.499,51	1.715,69	-	-
Depreciações e Amortizações	61.064,21	61.064,21	123.980,77	73.518,64	157.295,17
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações		5.931.090,84	11.196.320,75	4.590.161,78	8.966.741,75
Operações de Crédito	(19.558.610,60)	(19.558.610,60)	(23.028.446,24)	(17.743.096,03)	(9.161.797,89)
Outros Créditos	346.347,38	346.347,38	(102.736,09)	1.041.204,64	908.354,94
Outros Valores e Bens	62.938,55	62.938,55	35.252,40	234.633,62	290.217,02
Depósitos à Vista	23.081.763,85	23.081.763,85	22.300.513,24	3.445.765,50	5.519.671,03
Depósitos à Prazo	5.389.943,99	5.389.943,99	10.607.272,12	6.761.955,73	10.176.884,53
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	401.106,36	401.106,36	401.106,36	-	-
Relações Interdependências	(94,82)	(94,82)	(10,00)	10,00	10,00
Relações Interfinanceiras	-	-	-	(1.173.402,08)	(8.078.224,44)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	-	-	(2.502.031,71)
Outras Obrigações	(1.048.681,36)	(1.048.681,36)	(861.418,86)	(779.392,29)	(1.175.351,17)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	222.688,83	222.688,83	222.688,83	447.432,24	447.432,24
FATES Sobras Exercício	(540.625,20)	(540.625,20)	(540.625,20)	(224.186,24)	(224.186,24)
Imposto de Renda	(81.389,29)	(81.389,29)	(131.884,77)	(29.589,13)	(45.646,73)
Contribuição Social	(56.033,57)	(56.033,57)	(93.530,86)	(25.730,44)	(41.788,04)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		14.150.444,96	20.004.501,68	(3.454.232,70)	5.080.285,29
Recebimento Dividendos	-	-	10.248,47	-	18.347,16
Distribuição Sobras da Central	126.657,45	126.657,45	126.657,45	-	-
Recebimento de Juros ao Capital	115.226,71	115.226,71	115.226,71	202.721,00	202.721,00
Aquisição de Intangível	(1.499,51)	(1.499,51)	(13.574,28)	-	0,00
Aquisição de Imobilizado de Uso	0,00	0,00	14.508,63	3.570,97	81.228,20
Aquisição de investimentos	(241.884,16)	(241.884,16)	(1.118.526,55)	(202.721,00)	(221.062,92)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(1.499,51)	(865.459,57)	3.570,97	81.233,44
Aumento por Novos Aportes de Capital	1.046.110,63	1.046.110,63	1.985.502,64	3.764.933,41	4.918.399,05
Devolução de Capital à Cooperados	(1.771.341,74)	(1.771.341,74)	-	(2.471.055,85)	(3.772.604,14)
Estorno/Cancelamento de Capital	(800,00)	(800,00)	(3.200.535,12)	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-	-	-	-
Juros ao Capital pago	838.351,07	838.351,07	838.351,07	1.601.407,49	1.601.536,77
IRRF sobre Juros ao Capital	(12.429,28)	(12.429,28)	(12.429,28)	(48.821,42)	(48.886,06)
Recuperação de Sobras/Perdas de Exercícios Anteriores	-	-	-	11.500,00	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		99.890,68	(389.110,69)	2.857.963,63	2.698.445,62
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		14.248.836,13	18.749.931,42	(592.698,10)	7.859.964,35
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		45.049.440,51	40.548.345,22	41.141.043,32	32.688.380,87
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		59.298.276,64	59.298.276,64	40.548.345,22	40.548.345,22
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		14.248.836,13	18.749.931,42	(592.698,10)	7.859.964,35

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



COOPERATIVA DE CREDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIAS E
EMPREGADOS DA CELG LTDA - SICOOB JURISCREDCELG
CNPJ: 09.552.111/0001-85
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

DRA	Notas	2° Sem 2020	31/12/2020	2° Sem 2019	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		6.499.914,13	9.864.738,54	3.026.827,27	5.654.107,50
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		6.499.914,13	9.864.738,54	3.026.827,27	5.654.107,50

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO
ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA**

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2020**

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA - SICOOB JURISCREDCELG**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **15/05/2008**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB JURISCREDCELG**, sediada à Rua 72 nº 234 Jardim Goiás, Goiânia, Goiás – CEP 74.805-480, possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **GOIÂNIA - GO**.

O **SICOOB JURISCREDCELG** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva na 78ª reunião realizada em 25/02/2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

Nas ações de combate a Pandemia do COVID-19 desde que foi declarado pelas autoridades, o Sicoob Juricredcelg fez aquisições de totem de álcool em gel com acionamento pelo pé, tapetes sanitizantes para entrada das agências, barreira de proteção de acrílico nos caixas evitando contato físico, disponibilização de álcool em gel nas mesas dos colaboradores, nos caixas e nos interior das agências para os associados, redução do horário de atendimento ao público, controle de cooperados para acesso as agências, afastamento dos funcionários do grupo de risco, home office para alguns funcionários, escalonamento de férias, afixação de informativos sobre o novo Coronavírus nos pontos de atendimento, realização duas etapas de testes RT-PCR (identifica se a pessoa está com vírus) para os colaboradores, na primeira

foram realizados 31 (trinta e um) testes e na segunda 16 (dezesesseis) testes, este último para aqueles que estão trabalhando em nossas agências. Através dessas ações, foram detectados 04 (quatro) colaboradores que testaram positivo para COVID-19, foram orientados a procurar atendimento médico imediato, com isso, posteriormente realizamos a desinfecção duas vezes da agência afim de eliminar o risco de contaminação, solicitamos para que estes colaboradores que testaram positivo para que pudessem retornar em trabalho repetição do exame RT-PCR para confirmar a eliminação do vírus.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez

do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do

que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários (a)	627.131,35	433.288,83
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	58.671.145,29	40.115.056,39
TOTAL	59.298.276,64	40.548.345,22

(a) Refere-se aos valores que a cooperativa mantém em sua dependência (tesouraria e terminal de auto atendimento) e em custódia na tesouraria centralizadora (numerário em trânsito em poder da transportadora de valores para reciclagem, onde o excedente é depositado nas contas de reservas bancárias).

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB GOIÁS CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 2.517.785,89 (Dois milhões, quinhentos e dezessete mil, setecentos e oitenta e cinco reais e oitenta e nove centavos e R\$ 1.150.170,77 (Um milhão, cento e cinquenta mil, cento e setenta reais e setenta e sete centavos, respectivamente, com taxa média de 98% do CDI nos respectivos períodos).

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	47.377.113,48	52.271.967,04	99.649.080,52	80.326.423,25
Financiamentos	1.584.896,27	2.386.496,02	3.971.392,29	1.594.435,99
Total de Operações de Crédito	48.962.009,75	54.658.463,05	103.620.472,80	81.920.859,24
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.820.888,05)	(2.124.358,58)	(3.945.246,63)	(4.260.885,93)

TOTAL	47.141.121,70	52.534.104,47	99.675.226,17	77.659.973,31
--------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	18.000.867,09	47.040,55	18.047.907,64		5.869.766,31	
A	0,5%	Normal	23.221.915,84	598.248,54	23.820.164,38	(119.100,82)	27.233.542,21	(136.167,71)
B	1%	Normal	35.740.423,62	604.429,31	36.344.852,93	(363.448,53)	24.701.907,17	(247.019,07)
B	1%	Vencidas	19.389,56	0,00	19.389,56	(193,90)	424.282,74	(4.242,83)
C	3%	Normal	8.324.319,40	1.836.653,80	10.160.973,20	(304.829,20)	9.714.208,19	(291.426,25)
C	3%	Vencidas	194.772,69	4.311,83	199.084,52	(5.972,54)	1.270.905,50	(38.127,49)
D	10%	Normal	8.897.277,05	768.768,52	9.666.045,57	(966.604,56)	7.501.434,21	(750.143,42)
D	10%	Vencidas	1.586.322,56	10.127,61	1.596.450,17	(159.645,02)	525.098,55	(52.509,86)
E	30%	Normal	945.629,50	0,00	945.629,50	(283.688,85)	1.834.341,46	(550.302,44)
E	30%	Vencidas	526.197,31	0,00	526.197,31	(157.859,19)	563.577,93	(169.073,38)
F	50%	Normal	1.157.954,66	101.812,13	1.259.766,79	(629.883,40)	258.696,70	(129.348,35)
F	50%	Vencidas	78.653,52	0,00	78.653,52	(39.326,76)	182.588,25	(91.294,13)
G	70%	Normal	49.369,03	0,00	49.369,03	(34.558,32)	16.966,21	(11.876,35)
G	70%	Vencidas	86.177,52	0,00	86.177,52	(60.324,38)	113.963,86	(79.774,70)
H	100%	Normal	363.237,05	0,00	363.237,05	(363.237,05)	697.025,83	(697.025,83)
H	100%	Vencidas	456.574,12	0,00	456.574,12	(456.574,12)	1.012.554,12	(1.012.554,12)
Total Normal			96.700.993,24	3.956.952,85	100.657.946,09	(3.065.350,73)	77.827.888,29	(2.813.309,42)
Total Vencidos			2.948.087,28	14.439,44	2.962.526,72	(879.895,79)	4.092.970,95	(1.447.576,51)
Total Geral			99.649.080,52	3.971.392,29	103.620.472,81	(3.945.246,64)	81.920.859,24	(4.260.885,93)
Provisões			(3.752.186,46)	(193.060,18)	(3.945.246,64)		(4.260.885,93)	
Total Líquido			95.896.894,06	3.778.332,11	99.675.226,17		77.659.973,31	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimo e Título Descontado	27.623.586,97	19.753.526,51	52.271.967,05	99.649.080,53
Financiamento	385.581,38	1.199.314,89	2.386.496,02	3.971.392,29
TOTAL	28.009.168,35	20.952.841,40	54.658.463,07	103.620.472,81

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	922.578,30	476.841,25	0,00	1.399.419,55	1%
Setor Privado - Serviços	51.166.512,08	1.451.157,87	0,00	52.617.669,95	51%
Pessoa Física	47.559.990,14	2.043.393,17	0,00	49.603.383,31	48%
TOTAL	99.649.080,52	3.971.392,29	0,00	103.620.472,81	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	(4.260.885,93)	(2.429.124,04)
Constituições	(7.010.199,37)	(7.043.577,41)
Reversões	6.120.822,00	4.206.857,25
Transferência para prejuízo	1.205.016,66	1.004.958,27
TOTAL	(3.945.246,64)	(4.260.885,93)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	7.569.668,26	7,12%	4.489.698,06	5,33%
10 Maiores Devedores	36.531.305,17	34,37%	23.490.860,47	27,89%
50 Maiores Devedores	63.214.897,86	59,48%	43.085.279,21	51,15%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	2.275.956,06	1.509.780,16
Valor das operações transferidas no período	1.279.764,88	1.094.348,42
Valor das operações recuperadas no período	(610.103,52)	(88.618,52)
Valor das operações renegociadas no período	(189.103,97)	(229.452,69)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(185.633,47)	(10.101,31)
TOTAL	2.570.879,98	2.275.956,06

h) Operações Renegociadas:

Em **31/12/2020** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 17.987.170,46** (Dezessete milhões, novecentos e oitenta e sete mil, cento e setenta reais e quarenta e seis centavos), (Em **31/12/2019** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 15.471.331,63**) compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	195.018,42	149.968,83
Serviços prestados a receber (b)	106.951,91	16.859,82
Outras rendas a receber	1.403,82	1.481,91
Diversos	116.116,67	99.376,38
Adiantamentos e antecipações salariais	0	7.976,11
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	0	21.337,56
Títulos e créditos a receber	11.817,33	70.062,69
Devedores diversos - país	104.299,34	0,02
(-) Provisões para outros créditos	-153.037,07	-103.969,28
(-) Com características de concessão de crédito (c)	-153.037,07	-103.969,28
TOTAL	266.453,75	163.717,66

a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios a receber.

(c) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual	Outros	Avais e Fianças	Total em	Provisões	Total em	Provisões
--------------------	--------	-----------------	----------	-----------	----------	-----------

de Risco / Situação	Créditos	Honrados	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2019
E 30% Normal	0,00	18.296,78	18.296,78	-5489,03	26.779,03	-8033,71
E 30% Vencidas	0,00	25.142,93	25.142,93	-7542,88	31.673,57	-9502,07
F 50% Normal	0,00	5.031,44	5.031,44	-2515,72	0,00	0,00
F 50% Vencidas	0,00	13.542,40	13.542,40	-6771,20	0,00	0,00
G 70% Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	14.658,35	-10260,85
G 70% Vencidas	0,00	7.622,15	7.622,15	-5335,50	2.284,13	-1598,89
H 100% Vencidas	0,00	125.382,72	125.382,72	-125382,72	74.573,75	-74573,75
Total Normal	0,00	23.328,22	23.328,22	(8.004,75)	41.437,38	41.437,38
Total Vencidos	0,00	171.690,20	171.690,20	(145.032,30)	108.531,45	108.531,45
Total Geral	0,00	195.018,42	195.018,42	(153.037,05)	149.968,83	149.968,83
Provisões	0,00	(153.037,06)	(153.037,06)		207.938,54	
Total Líquido	0,00	41.981,36	41.981,36		45.999,56	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Material em Estoque (a)	1.578,00	283
Despesas Antecipadas (b)	29.879,70	66.427,10
TOTAL	31.457,70	66.710,10

(a) Refere-se a estoque de cartões provisórios.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição sindical patronal e IPTU.

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito (a)	4.712.428,48	3.604.146,82
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito (b)	159.261,10	149.166,21
TOTAL	4.871.689,58	3.753.163,03

(a) Refere-se a cotas de capital da Central.

(b) Refere-se a ações do Bancoob.

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Instalações	10%	261.024,66	261.024,66
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(219.741,24)	(186.915,53)
Móveis e equipamentos de Uso	10%	392.033,54	398.577,54
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(181.587,48)	(149.583,41)
Sistema de Comunicação	20%	30.354,58	30.354,58
Sistema de Processamento de Dados	20%	318.419,15	318.419,15
Sistema de Segurança	10%	36.130,00	70.445,53
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		(325.373,36)	(301.359,10)
TOTAL		311.259,85	440.963,42

10. Intangível

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Softwares – Adquiridos antes de 01/10/2013	-	-
Softwares Adquiridos	3.296,19	8.282,07
Sistema de Comunicação e Segurança	11.820,88	-
Marcas – Adquiridas antes de 01/10/2013	5.462,46	8.097,06
Marcas	6.483,83	7.611,47
Licenças e Direito de Uso – Adquiridos antes de 01/10/2013	-	-
TOTAL	27.063,36	23.990,60

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de “Pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	37.023.835,94		14.723.322,70	
Depósito a Prazo	76.913.672,87	0,17	66.306.400,75	0,35
TOTAL	113.937.508,81		81.029.723,45	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	11.141.067,58	9,81%	5.758.877,68	7,00%
10 Maiores Depositantes	43.385.604,91	38,21%	27.354.662,89	34,00%
50 Maiores Depositantes	67.818.127,50	59,72%	49.949.954,58	62,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Despesas de Depósitos a Prazo	(699.947,74)	(1.835.640,83)	(1.776.216,83)	(3.656.488,61)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(1.106,36)	(1.106,36)	0,00	0,00
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(70.709,46)	(130.667,43)	(56.999,90)	(111.405,33)
TOTAL	(771.763,56)	(1.967.414,62)	(1.833.216,73)	(3.767.893,94)

12. Recursos de aceite e emissão de títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). (se aplicável)

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2º sem/20	2020	Taxa média	2º sem/19	2019	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	(1.106,36)	(1.106,36)	0,15	0,00	0,00	0,00

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	118,75	0,00	7.025,10	0,00
Sociais e Estatutárias	602.001,75	0,00	251.232,34	0,00
Fiscais e Previdenciárias	249.235,33	0,00	240.156,83	0,00
Diversas	2.120.306,20	62.681,77	2.252.416,24	60.697,24
TOTAL	2.971.662,03	62.681,77	2.750.830,51	60.697,24

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	540.625,20	224.186,24
Resultado de Atos com Não Associados (a)	1.497,41	0,00
Cotas de Capital a Pagar (b)	59.879,14	27.046,10
TOTAL	602.001,75	251.232,34

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 6% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
	Circulante	Circulante
Provisão para Impostos e Contribuições s/Lucros	46.927,41	20.138,43
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	3.273,81	5.006,83
Impostos e Contribuições sobre Salários	168.530,42	156.243,41
Outros	30.503,69	58.768,16
TOTAL	249.235,33	240.156,83

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	119,32	0,00	5.175,19	0,00
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	12.627,46	0,00	14.812,20	0,00
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	461.384,70	0,00	459.379,15	0,00
Provisão para Passivos Contingentes	0,00	60.428,00	0,00	60.428,00



Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	277.180,80	2.253,77	290.617,37	269,24
Credores Diversos – País (c)	1.368.993,92	0,00	1.482.432,33	0,00
TOTAL	2.120.306,20	62.681,77	2.252.416,24	60.697,24

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento e outras despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 279.434,57 (duzentos e setenta e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e cinquenta e sete centavos) e em **31 de dezembro de 2019**, o montante foi de R\$ 290.886,61 (duzentos e noventa mil, oitocentos e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Representam obrigações com terceiros e com seus cooperados, com representatividade de saldo em pendências a regularizar com o Bancoob e Créditos de Cobrança.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	32.909.579,83	30.396.273,78
Associados	2.727	2.514

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40% utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2020	2019
Sobra líquida do exercício	9.011.917,39	4.036.292,58

(-) Lucro Líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	1.497,41	0,00
(+) Reversão utilização recursos do FATES	0,00	447.432,24
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	9.010.419,98	4.483.724,82
(-)Fundo Para Aumento de Capital	2.613.021,79	1.883.164,42
(-)Reserva legal	3.604.167,99	1.345.117,45
(-)Fundo de assistência técnica, educacional e social	540.625,20	224.186,24
SOBRAS OU PERDAS EXERCÍCIO	2.252.605,00	1.031.256,71
Sobra ou Perda de Exercício Encerrado 2019	26.800,00	26.800,00
(+) Reversão utilização recursos do FATES	224.186,24	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.503.591,24	1.058.056,71

15. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de **2020**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 852.821,15 (Oitocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte e um reais e quinze centavos). Em **2019**, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$ 1.617.814,92 (Um milhão, seiscentos e dezessete mil, oitocentos e quatorze reais e noventa e dois centavos).

16. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	20.650,92	45.166,60	26.423,90	69.956,15
Rendas De Empréstimos	7.750.351,08	15.273.582,12	7.172.400,85	13.944.759,89
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	121.928,52	283.484,90	120.955,11	221.870,60
Rendas De Financiamentos	256.220,00	455.268,53	134.742,53	296.763,44
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	657.143,80	823.640,28	248.424,50	335.340,73
TOTAL	8.806.294,32	16.881.142,43	7.702.946,89	14.868.690,81

17. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	-771.763,56	-1.967.414,62	-1.833.216,73	-3.767.893,94
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	0,00	0,00	-13.029,70	-193.450,09
Provisões para Operações de Crédito	-2.016.792,22	-4.788.977,53	-2.596.832,96	-5.009.865,11
Operações de Crédito Liquidação Duvidosa	2.735.925,31	3.979.652,49	1.188.875,19	2.259.487,43
Provisões para Outros Créditos	-133.725,39	-203.868,34	-68.158,88	-150.852,59
TOTAL	-186.355,86	-2.980.608,00	-3.322.363,08	-6.862.574,30

18. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Prestação de Serviços	590.808,01	1.181.765,96	472.928,96	837.010,59
TOTAL	590.808,01	1.181.765,96	472.928,96	837.010,59

19. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	87.080,00	166.083,50	96.023,00	187.720,00
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	0,00	0,00	42,00	113,41
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	110.418,20	239.868,54	219.437,35	422.712,55
TOTAL	197.498,20	405.952,04	315.502,35	610.545,96

20. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-35.241,59	-48.230,39	-19.483,20	-41.813,97
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-299.556,15	-588.210,43	-301.504,42	-612.421,56
Despesas de Pessoal - Benefícios	-440.057,45	-846.679,82	-404.771,38	-775.693,54
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	-447.536,95	-856.368,23	-423.114,63	-827.087,40
Despesas de Pessoal - Proventos	-973.671,01	-1.889.480,83	-954.004,18	-1.886.016,87
Despesas de Pessoal - Treinamento	-3.242,56	-6.947,67	-46.048,97	-58.297,59
Despesas de Remuneração de Estagiários	-804,00	-2.001,38	-1.154,28	-2.762,18
TOTAL	-2.200.109,71	-4.237.918,75	-2.150.081,06	-4.204.093,11

21. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	(7.243,01)	(14.974,54)	(3.940,06)	(6.906,06)
Despesas de Aluguéis	(137.217,66)	(277.018,32)	(130.845,59)	(254.371,06)
Despesas de Comunicações	(70.507,05)	(145.736,38)	(73.432,76)	(146.283,51)
Despesas de Contribuições Filantrópicas	(12.000,00)	(27.000,00)	(10.000,00)	(10.000,00)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(11.899,54)	(23.782,95)	(33.823,52)	(63.235,81)
Despesas de Material	(5.126,17)	(9.946,29)	(5.980,02)	(23.692,91)
Despesas de Processamento de Dados	(87.421,75)	(92.274,12)	(10.645,45)	(100.300,65)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(110.179,74)	(309.132,03)	(175.582,45)	(297.134,77)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(4.896,00)	(4.896,00)	(6.180,00)	(59.188,60)
Despesas de Publicações	(1.080,00)	(1.080,00)	(360,00)	(900,00)
Despesas de Seguros	(15.761,32)	(28.929,00)	(10.000,53)	(20.877,48)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(252.050,99)	(578.284,41)	(364.891,20)	(708.202,69)
Despesas de Serviços de Terceiros	(98.758,06)	(188.068,89)	(88.219,24)	(131.561,77)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(60.541,28)	(123.861,07)	(60.730,83)	(121.960,41)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(153.280,16)	(244.961,08)	(127.289,24)	(192.415,46)
Despesas de Transporte	(25.287,15)	(44.992,06)	(28.880,44)	(53.630,15)
Despesas de Viagem no País	0,00	0,00	(6.621,86)	(6.919,71)
Despesas de Amortização	(5.613,05)	(8.785,83)	(4.456,07)	(13.399,87)
Despesas de Depreciação	(55.451,16)	(115.194,94)	(69.062,57)	(143.895,30)
Outras Despesas Administrativas	(101.021,21)	(205.852,26)	(113.872,53)	(216.610,64)
Emolumentos judiciais e cartorários	(19.147,55)	(29.721,46)	(10.044,12)	(20.027,81)
Rateio de despesas da Central	(255.348,38)	(487.104,74)	(73.994,53)	(73.994,53)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	(33.834,56)	(91.124,23)	(37.023,53)	(79.618,69)
TOTAL	(1.523.665,79)	(3.052.720,60)	(1.445.876,54)	(2.745.127,88)

22. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	196.478,63	220.810,12	15.166,64	24.244,88
Dividendos	0,00	10.248,47	0,00	18.347,16
Deduções e abatimentos	12.283,59	12.412,98	3.850,24	3.855,02
Distribuição de sobras da central	126.657,45	126.657,45	0,00	0,00
Outras rendas operacionais	115.226,71	124.165,85	202.721,00	208.961,75
Rendas oriundas de cartões de crédito	406.232,76	945.631,05	431.931,00	845.155,18
TOTAL	856.879,14	1.439.925,92	653.668,88	1.100.563,99

23. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Operações de Crédito - Despesas de Descontos	-35.161,19	-40.252,98	-40.549,51	-40.549,51

Concedidos em Renegociações				
Outras Despesas Operacionais	-151.223,73	-325.160,87	-247.892,01	-392.137,58
Descontos concedidos - operações de crédito	-308.527,04	-344.096,74	-2.820,19	-15.501,51
Cancelamento - tarifas pendentes	-1.292,00	-3.815,50	-3.347,50	-5.862,50
TOTAL	--496.203,96	-713.326,09	-294.609,21	-454.051,10

24. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	2020	2º sem/19	2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	58.444,87	59.629,77	0,00	76,52
Ganhos de Capital	40.940,57	43.575,81	31.274,52	31.274,52
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(7.643,10)	(7.643,10)	0,00	0,00
(-) Perdas de Capital	(2.022,19)	(5.297,89)	(18.276,20)	(49.869,37)
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	(1.615,54)	0,00	0,00
Resultado Líquido	89.720,15	88.649,05	12.998,32	(18.518,33)

25. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2020**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	9.082,32	0,0053%	1,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	608.228,30	0,3530%	1.681,86
TOTAL	617.310,62	0,3582%	1.682,86
Montante das Operações Passivas	622.313,92	0,7206%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em **2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	23.178,13	496,70	1,9865%
Empréstimos	613.751,37	5.231,73	0,6464%
Financiamentos	22.807,30	114,04	0,5743%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	151.916,24	0,4120%	0%
Depósitos a Prazo	1.058.357,12	1,3760%	0,1596%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural –



repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,5425%
Financiamentos Rurais - repasses	1,1500%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,2873%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho de administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	0,1620%
Aplicações Financeiras	0,7206%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	2.939.533,17
Financiamentos	148.869,44
Financiamentos - Rurais	
Financiamentos - Rurais - repasses	

e) No exercício de **2020** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	(48.230,39)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(553.744,60)
Encargos Sociais	(41.485,92)

26. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS MAGISTRADOS, SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS E EMPREGADOS DA CELG LTDA - SICOOB JURISCREDCELG**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.



Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB JURISCREDCELG** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	63.383.573,77	43.719.203,21
Centralização Financeira	58.671.145,29	40.115.056,39
Investimentos	4.712.428,48	3.604.146,82

27. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob – CCS, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Centro Cooperativo Sicoob – CCS.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

27.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

27.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

30 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

27.3 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Centro Cooperativo Sicoob – CCS) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

27.4 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Centro Cooperativo Sicoob – CCS realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade.

O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

28. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR) , apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de Referência - PR	42.324.941,85	35.241.169,51
RWA-S5	103.808.418,10	80.157.580,48
Índice de Basileia	40,77	43,96

30. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
Cíveis	60.428,00	0,00	110.428,00	0,00
TOTAL	60.428,00	0,00	110.428,00	0,00

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB JURISCREDC**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ R\$ 248.021,44 (Duzentos e quarenta e oito mil, vinte e um reais e quarenta e quatro centavos). Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis, dentre os quais destacam-se processos: 5069527.94.2020.8.09.0011; 5052277.63.2020.8.09.0006. 5051942.26.2019.8.09.0088

31. Benefícios a empregados



A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Setorial Multi - Instituído. O plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários e administradores da cooperativa são equivalentes a no mínimo 1% do salário.

As despesas com contribuições efetuadas durante o primeiro semestre totalizaram R\$ 18.765,98 (Dezoito, setecentos e sessenta e cinco reais e noventa oito centavos).

Evandro Nery de Carvalho
CPF.: 986.680.801-72
Diretor Administrativo

LORENA TEIXEIRA REZENDE
DIAS:88435229149

Assinado de forma digital por
LORENA TEIXEIRA REZENDE
DIAS:88435229149
Dados: 2021.03.17 18:23:34 -03'00'

Lorena Teixeira Rezende Dias
CPF.: 884.352.291-49
Gerente Contábil - CRC-GO 16.895/O-6

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
**Cooperativa de Crédito dos Magistrados e Servidores da Justiça do Estado de Goiás e
Empregados da Celg Ltda. – SICOOB JURISCREDCELG**

Goiânia/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Magistrados e Servidores da Justiça do Estado de Goiás e Empregados da Celg Ltda. – SICOOB JURISCREDCELG, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB JURISCREDCELG em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela

determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 11 de março de 2021.



A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Diego Rabelo', is positioned above the printed name and title.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090